significação respeitável e digna; enquanto “pseudomissões”, normando ou colonial, ao lado, não passa de um arremedo sem compostura. (Costa, 1937, p. 34)

Nesse mesmo artigo, Lucio Costa demarcava, contrariamente ao pensamento dominante à época, a importância da “mistura”, alcançada pela apropriação popular da tradição portuguesa na arte de construir, que veio a constituir exatamente as particularidades que autorizariam nomear uma cultura brasileira de civilizada:

Ora, a arquitetura popular apresenta, em Portugal, a nosso ver, interesse maior do que a “erudita” [...]. É nas suas aldeias, no aspecto *viril* das suas construções rurais, a um tempo *rudes* e *acolhedoras*, que as *qualidades da raça* se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando seapura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na *justeza das proporções* e na *ausência de make up* uma *saúde plástica perfeita* – se é que podemos dizer assim.

Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” – para a nossa terra, *longe de significarem um mau começo*, conferiram, desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na Colônia esse *ar despretenso e puro*, que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou até meados do século XIX. (Ibid., p. 33; grifos meus)

Os adjetivos que o autor atribuía à arquitetura pareciam subjetivá-la, levando o leitor a uma identificação desta com os atributos da “raça” – o autêntico brasileiro, filho da terra. Valorizava, assim, a inventividade nas formas peculiares de apropriação, que vieram a caracterizar a arquitetura popular brasileira, processo desenvolvido tão “naturalmente” que a própria nação e os membros que a constituíssem genuinamente também seriam naturais. Essa forma de construir era a “boa tradição” que não podia ser perdida e da qual, como disse Rodrigo Melo Franco de Andrade, o arquiteto moderno Lucio Costa “era herdeiro legítimo”. Essas concepções foram recorrentes e constituidoras de uma ideia de “civilização brasileira” em que a “mistura” passava a ser positivada: a criatividade brasileira em apropriar-se popularmente do erudito foi capaz de construir algo novo, simples, despretenso e puro – autêntico.

Também no número 1 da revista, Gilberto Freyre escreveu “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias”. Para Freyre, havia um poder de persistência admirável da produção artística colonial que merecia ser estudado. Tal qual Lucio Costa, Freyre delineava uma espécie de patrimônio que viria consagrar-se nos tombamentos:²⁶

A arquitetura religiosa portuguesa conservou-se no Brasil quase sem alteração. A militar, igualmente. Nas próprias casas-grandes patriarcais, tão cheias de combina-

ções novas e de diferenciações às vezes profundas, os traços predominantes conservam-se portugueses. Na arte do doce, na da cozinha, na da louça, na do jardim, na do móvel, na da escultura religiosa, na dos trabalhos de ouro e prata, na dos instrumentos de música, na dos brinquedos dos meninos, na das embarcações de rio e mar, a força criadora do português, em vez de se impor, com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao dos outros povos, sem, entretanto, desaparecer: conservando-se em quase tudo o elemento característico. (Freyre, 1937b, p. 41)

O artigo de Mário de Andrade intitulou-se “A capela de Santo Antônio”. Embora não se trate de um texto explicitamente programático, ao contrário dos outros citados, definia um certo entendimento de “valor histórico”, utilizado, via de regra, nas classificações empreendidas pelos arquitetos responsáveis pela “área técnico-administrativa” do Sphan:

Vagar assim pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal denunciada vai-se topar com alguma São Francisco? Já não digo tão inédita como a de São João del Rei, mas, pelo menos, tão linda quanto a de João Pessoa. [...]

O critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico. [...]

O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e, em vez de se preocupar muito com beleza, há de se reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas. (Andrade, 1937, p. 119)

Foram 124 os artigos publicados nesses 11 números: 8 deles não assinados, e 116 assinados por 58 autores. Um levantamento desses autores e das posições que ocupavam com relação ao Sphan, considerando sua formação e atuação profissional, origem social e regional, foi necessário para uma análise cruzada dos assuntos abordados por cada um deles (ver anexos 1 e 2).

O conjunto de autores da *Revista* emprestou, além da sua incontestável qualidade literária, um caráter de “seriedade científica” aos meios e técnicas que, aos poucos, eram criados e se configuravam na ação do Sphan. A *Revista* seria um dos instrumentos para a consolidação da nova área de intervenção estatal, participando do processo em que foi criada a “causa” do patrimônio. Esses autores exerceram, assim, importante papel na criação e legitimação da “causa” e na hegemonização das concepções de patrimônio histórico e artístico nacional que

insistentemente veicularam, por meio do privilégio dado ao recorte temático, que coincidia, em grande medida, com o recorte na seleção dos bens para tombamento.

Nesse sentido, para um melhor entendimento sobre aqueles que escreviam no periódico, foram criados três grupos relativos ao tipo de vínculo e/ou envolvimento dos autores com o Sphan, sendo que um deles foi dividido em três subgrupos.²⁷ Cabe lembrar que, para essa classificação, foi privilegiado o aspecto do vínculo funcional com o Sphan. Aqueles autores que eram assíduos frequentadores e amigos do diretor, constituindo um amplo grupo de intelectuais consagrados nessa assessoria informal, foram aqui classificados no grupo de gabinete. Por sua vez, aqueles que possuíam algum tipo de vínculo profissional foram incluídos no grupo com vínculo funcional, subdividido em membros do Conselho Consultivo, funcionários, colaboradores. Por fim, foram classificados como convidados os autores sem vínculo direto com o Sphan.

Os autores da revista foram classificados também por sua atuação, situando o tipo de inserção de cada um com base em suas práticas profissionais, sempre se utilizando de categorias nativas. Portanto, as categorias aplicadas foram:

- 1) Sociólogo – embora somente Gilberto Freyre se enquadre nessa categoria, optou-se por mantê-la, respeitando-se a denominação que lhe era atribuída na época;
- 2) Antropólogo – termo utilizado por Heloísa A. Torres para aqueles autores cuja prática profissional voltava-se para a etnologia, a etnografia, a arqueologia;
- 3) Arquiteto / engenheiro civil;
- 4) Engenheiro-militar – autores de textos de cunho histórico;
- 5) Historiador;
- 6) Escritor – foram considerados como uma categoria pelo fato de se tratar de escritores renomados à época;
- 7) Historiador da arte – incluem-se aqui os autores que produziram artigos descritivos, com conteúdo histórico, voltados para o estudo de objetos de arte em geral, alguns deles especialistas no assunto, outros, artistas, ou, ainda, funcionários de serviços administrativos que, incentivados a estudar, formaram-se na prática do Sphan;
- 8) Restaurador – apenas um autor foi incluído nessa categoria pelo fato de ser um especialista em química industrial, convidado pelo Sphan a fazer um diag-

nóstico do estado de conservação das esculturas mineiras em pedra-sabão. Não há outros artigos tratando de aspectos técnicos de restauração.

Os autores incluídos nas categorias de historiadores e historiadores da arte foram os mais numerosos, responsáveis pela produção de um discurso sobre as origens, legitimado pelas fontes inéditas, como se pode verificar no anexo 1. Eles estavam presentes em todos os grupos, sendo que se concentraram entre os autores de gabinete e convidados. As características da produção discursiva dos historiadores foram de extremo valor na configuração da nova área de intervenção, principalmente como construtoras e legitimadoras do discurso a respeito do passado que se desejava construir e proteger. O mesmo se pode dizer daqueles considerados historiadores da arte, que definiram progressivamente um “olhar” sobre o objeto artístico tradicional. Os religiosos, incluídos dentre os historiadores, possuíam, por um lado, reconhecida erudição, dada a sua formação, interessante especialmente pelo conhecimento da arte sacra, valorizada como temática do órgão. Por outro lado, eles podiam gerenciar e estudar o patrimônio da Igreja a partir das alianças com o Sphan. Dentre os autores de gabinete estava também o único sociólogo da relação, Gilberto Freyre, que, além de uma produção de cunho histórico, acrescentava sua leitura do espaço habitacional físico-social, de extremo valor para as estratégias discursivas e editoriais do Sphan.²⁸ Gilberto Ferrez, do subgrupo Conselho Consultivo, foi incluído na categoria de historiadores, por trabalhar com história da fotografia.²⁹

Os antropólogos adquiriram um *status* diferenciado com relação ao historiador, naquele momento. Foi o que se extraiu observando-se sua concentração dentre os membros do Conselho Consultivo, espaço reservado aos “intelectuais ilustres”, no qual a produção discursiva deveria ser solidamente construída. Eles ampliavam, potencialmente, o discurso possível do Sphan, via de regra, pela diversidade de objetos culturais com que lidavam. Se somados aos historiadores, alcançariam, em conjunto, um grupo expressivo.

Os arquitetos e os engenheiros civis construíam uma discursividade própria a respeito da arquitetura, bastante descritiva, e também da história da arquitetura, na qual buscavam tipologias, séries e raízes de uma produção arquitetônica autenticamente brasileira. Não surpreende o fato de encontrarem-se concentradamente entre os funcionários, demonstrando o fato de que vinha se constituindo o profissional “adequado” para o trato direto com o patrimônio histórico e artístico nacional.

Os funcionários que prestavam serviços administrativos ao Sphan vinham sendo paulatinamente treinados para o exercício das tarefas do novo serviço e também somaram expressivo número de artigos, a maioria deles voltada para compilação de documentação a respeito de artistas e artífices do barroco colonial. Encontram-se, basicamente, na categoria historiador da arte.

É interessante notar que também escreveram para a revista dois engenheiros-militares, de formação, como convidados, ingressando nesse meio oportunista-mente. Francisco Venâncio Filho, membro do Grêmio Euclides da Cunha e engenheiro-militar (como Euclides), foi exemplo claro disso com a publicação de artigo intitulado *A barraquinha de Euclides da Cunha* (nº 2, 1938). Em 1939, a barraca onde foi escrito *Os sertões* foi tombada pelo Sphan. Esse aspecto caracterizou alguns autores incluídos no grupo convidados, que participavam em questões específicas, justificadas não tanto por sua trajetória pessoal e prática profissional, mas, principalmente, por relações políticas de momento.³⁰ Por outro lado, alguns estrangeiros especialistas em história da arte escreveram regularmente para a revista, como Robert Smith, e historiadores, como Artur César Ferreira Reis, que escreveu sete artigos para a revista, seis deles no período analisado.³¹

Dentre os escritores, além de Mário de Andrade, já citado, encontram-se dois amigos pessoais de Rodrigo Melo Franco de Andrade: Gastão Cruls, cujos artigos tinham um cunho etnográfico, e Manuel Bandeira, que fez um único artigo, de caráter político.

O viés historiográfico parece ter sido, realmente, responsável pela unidade do periódico, pois o conjunto dos trabalhos apresentava, irremediavelmente, um cunho histórico, ainda que o universo das práticas profissionais dos autores da *Revista* tenha sido bastante amplo. A maioria absoluta dos artigos concentrou-se, também, notadamente, na arte e na arquitetura do Brasil colonial, eruditas e populares, além dos aspectos etnográficos e socioambientais, dentre outros abordados periféricamente. Nesse sentido, pode-se considerar a revista como um periódico especializado na "história da civilização material no Brasil", temporalmente concentrada no período colonial português.

A composição temática da *Revista do Sphan*

A *Revista do Sphan* tratava especificamente do patrimônio cultural brasileiro, divulgando e noticiando a seu respeito (não há artigos sobre outros países) como se, aos poucos, este fosse sendo desvendado e revelado em novas descobertas,

conforme tratou Rodrigo Melo Franco de Andrade em seu artigo que abria o nº 1: "Trata-se, por conseguinte, de um vasto domínio, cujo estudo reclamará longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo" (Andrade, 1937a, p. 5).

Como estratégia, os editores da revista observavam que o conteúdo dos artigos era de inteira responsabilidade de seus autores, pretendendo um caráter científico ao periódico. No mesmo sentido, a revista não se constituía em diferentes seções, nem trazia editoriais, reunindo apenas uma coletânea de artigos, com a configuração gráfica mais aproximada a um livro. Cada um dos números da revista apresentava uma variedade de abordagens sobre o patrimônio, dada tanto pela diversidade de objetos tratados, quanto pela sua distribuição territorial, sempre bastante variada. Portanto, ao contrário de números temáticos, essa variedade buscava representar uma perspectiva multifacetada do patrimônio histórico e artístico nacional.

Para uma análise da linha temática da *Revista do Sphan*, nesse período, portanto, foram criadas oito categorias, descritas abaixo, em que foram considerados os assuntos mais recorrentes nos artigos, visando uma abordagem do investimento realizado pelo Sphan, no sentido de recortar e delinear seu campo próprio de intervenção. Para isso, seu periódico tornou-se uma revista especializada em:

- 1) arte e arquitetura coloniais, incluindo os artigos que se referiam a objetos de arte e arquitetura do período colonial, abordando diferentes aspectos da história do Brasil do período, tais como a presença holandesa, as fortificações militares, os jesuítas no Brasil, os equipamentos urbanos e a história mineira, com grande ênfase na produção artística e religiosa, com a invenção do barroco mineiro;
- 2) arte e arquitetura do século XIX, abrangendo um universo mais restrito do que a temática anterior, os artigos aqui classificados reportaram-se a aspectos de arte e arquitetura nesse período;
- 3) cidades coloniais, apresentando ensaios sobre história da formação de cidades, enfatizando aspectos regionais, no período colonial;
- 4) museus, contendo notícias sobre os acervos tombados de museus;
- 5) teoria da arte, com estudos teórico-metodológicos sobre o conhecimento das artes;
- 6) etnografia, contendo estudos monográficos sobre temas de arqueologia, etnografia, etnologia ou patrimônio socioambiental;

7) fotografia, contendo ensaios fotográficos ou estudos baseados na leitura da informação fotográfica;

8) documentação, contendo reproduções fac-similares ou transcrições de documentação histórica dos séculos XVIII e XIX.

A variedade de temas exprimiou o importante papel que a *Revista do Sphan* teve na apresentação de um discurso sobre a diversidade do patrimônio histórico e artístico nacional, com amplitude territorial significativa, embora essa diversidade, em termos quantitativos, tenha se mostrado pouco significativa em face da enorme concentração na temática arte e arquitetura coloniais. Esse recorte, também privilegiado para seleção dos bens para tombamento, concentrava uma preocupação permanente em conceber uma arte e arquitetura barrocas no Brasil (Telles, 1979). Para tanto, construíam-se tipos regionais e cronologias a esse respeito, assim como se estabeleciam comparações entre as especificidades que as produções nas diferentes regiões tinham manifestado, considerando, em todos os casos, as raízes portuguesas dessa produção artística e sua aclimação na Colônia, delineando um *barroco* genuinamente brasileiro.³²

A temática cidades coloniais, reunindo o segundo maior percentual, mantinha-se na mesma linha de preocupações traçada acima, contudo, considerando a urbanidade civilizadora do barroco. As regiões preferencialmente abordadas nesses artigos foram as cidades mineiras nascidas da exploração aurífera do século XVIII e a cidade do Rio de Janeiro.³³ Este recorte territorial coincidiu, também, com as regiões privilegiadas para tombamento: Minas Gerais, com suas sete cidades tombadas, além de inúmeros tombamentos isolados, e o Rio de Janeiro, cidade onde se concentrou o maior número de tombamentos realizados individualmente.

Houve quatro artigos tratando da região amazônica e da cidade de Belém do Pará, ampliando significativamente a abrangência territorial abordada, ainda que fossem todos eles de um único autor, o historiador amazonense Artur César Ferreira Reis (1941, 1943, 1944, 1946). Ele escreveu com regularidade na revista, sempre a respeito de sua região de origem. Quanto ao recorte cronológico privilegiado pelo autor, repetia a tendência majoritária dos artigos dessa categoria, que trataram exclusivamente do período colonial.

Arte e arquitetura no século XIX correspondeu aos artigos sobre as artes plásticas e gravuras na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX – quando era a capital do Império –, e tipos de habitação encontrados em Sorocaba, no estado de São Paulo, nos séculos XVIII e XIX. Completando esse tema, estava o artigo

de Afonso Arinos de Melo Franco (1939), que investigava os relatos de viajantes estrangeiros no Brasil do século XIX, buscando a primeira referência às obras de Aleijadinho, de acordo com a ênfase dada pelo Sphan à descoberta e valorização da arte barroca. Em pouco tempo, a obra de Aleijadinho tornou-se paradigmática da concepção de obra de arte merecedora do *status* de patrimônio histórico e artístico nacional.

Quanto aos estudos de etnografia, com exceção do artigo de Heloísa Alberto Torres (1937), que abordava esse assunto de forma programática, tratando das possibilidades de atuação do Sphan nesse âmbito, os outros artigos eram estudos monográficos, sobre acervos arqueológicos, habitações indígenas e patrimônio socioambiental. Esse último tema – a relação entre natureza e patrimônio cultural (Lopes, 1937), temática inusitada para a época – foi tratado num único artigo, não à toa, no número 1 da *Revista do Sphan*, que se propôs a abordar uma ampla diversidade temática, não repetida com tanta intensidade posteriormente.

As temáticas museu, fotografia e documentação estiveram presentes nos espaços, de uma forma geral não assinados, preenchidos pelos editores para fechar a composição gráfica da revista. Eram, na maioria das vezes, reproduções fac-similares de documentação histórica, ensaios fotográficos e também notícias sobre acervos de museus tombados pelo Sphan. Esses espaços foram considerados linhas temáticas por aparecerem com relativa frequência, demonstrando uma estratégia de ordem prática e editorial. Na verdade, algumas reproduções de documentos foram acompanhadas de uma apresentação assinada.³⁴

Na categoria temática Fotografia, o artigo de Gilberto Ferrez, anteriormente citado, tratando da história da fotografia, com fotos de Marc Ferrez, trouxe à revista uma nova abordagem, adequada a certos parâmetros que vinham sendo fixados na prática do Sphan. Sua análise iconográfica trazia imagens antigas, nas quais se reconstituíam lugares da cidade do Rio de Janeiro já inexistentes, mas, principalmente, evidenciava a própria fotografia como um objeto cultural, considerada peça fundamental nos trabalhos de proteção empreendidos pelo Sphan.

Os artigos sobre teoria da arte foram assinados por Hannah Levy, que, como já dito, havia ministrado aulas de História da Arte para os funcionários do Sphan.³⁵ Tratavam de teorias a respeito do valor artístico e do valor histórico de fontes e pinturas no período colonial, tendo sido importantes no processo de invenção do barroco no Brasil. Houve somente mais um artigo nessa categoria, de autoria de Roquette-Pinto (1937), que teorizava a respeito de “estilo” e “estilização”.

O quadro 5.1 traz a distribuição das categorias temáticas por autor/atuação, de acordo com a inserção do autor no Sphan, conforme elaborado anteriormente.

QUADRO 5.1. REVISTA DO SPHAN - CATEGORIAS TEMÁTICAS POR AUTOR E GRUPO

GABINETE	ATUAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Afonso d'Escragnole Taunay	Historiador	x							
Gastão Cruls	Escritor						xx		
Gilberto Freyre	Sociólogo	x	x						
Luiz Camilo Oliveira Neto	Historiador			xx					
Rodrigo M. F. de Andrade	Historiador da arte	x							
Sérgio Buarque de Holanda	Historiador	x							
Sem assinatura	—				xxx			xx	xxx

MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO	ATUAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Afonso Arinos de Melo Franco	Historiador		x						
Edgard Roquette-Pinto	Antropólogo					x			
Francisco Marques dos Santos	Historiador da arte	xx	xx						
Gilberto Ferrez	Historiador							x	
Heloísa Alberto Torres	Antropóloga						x		
Lourenço Luiz Lacombe	Historiador	xx							
Manuel Bandeira	Escritor								x
Raimundo Lopes da Cunha	Antropólogo						xx		

FUNCIONÁRIOS	ATUAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Ayrton de Almeida Carvalho	Arquiteto/eng. civil	x							
Carlos Ott	Historiador da arte								x
Clemente Maria da Silva-Negra	Historiador	xxxxx							
Epaminondas de Macedo	Arquiteto/eng. civil	x							
Godofredo Filho	Historiador da arte	xx							
Hélcia Dias	Historiadora da arte	x							
José de Souza Reis	Arquiteto/eng. civil	x							
Judith Martins	Historiadora da arte	xx							
Lucio Costa	Arquiteto/eng. civil	xxx							
Luiz Saia	Arquiteto/eng. civil	xx							
Maria de Lourdes Pontual	Historiadora da arte	x							
Mário de Andrade	Escritor	xx							

continua ⇔

Nair Batista	Historiadora da arte	xxx							
Nuto Sant'Ana	Historiador	x							
Paulo Thedim Barreto	Arquiteto/eng. civil	xxx							
Raimundo Otávio Trindade	Historiador	xxx							
Salomão de Vasconcelos	Historiador	xxx	xx						

COLABORADORES	ATUAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Aníbal Fernandes	Historiador da arte	x							
Francisco A. de Noronha Santos	Historiador	xxx		x					
Hannah Levy	Historiador da arte	xx				xxx			
Joaquim Cardoso	Arquiteto/eng. civil	xxx							
José Wash Rodrigues	Historiador da arte	xx							
Luiz Jardim	Historiador da arte	xx							

CONVIDADOS	ATUAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
A. L. Pereira Ferraz	Historiador	x							
Alberto do Rego Rangel	Engenheiro militar			x					
Alberto Ribeiro Lamego	Historiador	xx							
Aluísio de Almeida	Historiador	x							
Artur César Ferreira Reis	Historiador	xx		xxxx					
Augusto de Lima Júnior	Historiador da arte	xx							
Carlos Estêvão	Historiador da arte	x			x				
Curt Nimuendaju	Antropólogo							x	
David da Silva Carneiro	Historiador	x							
Deoclécio Redig de Campos	Historiador da arte								x
Eros Orosco	Restaurador	x							
Estêvão de Menezes F. Pinto	Antropólogo							xx	
Francisco Venâncio Filho	Engenheiro militar		x						
Joaquim de Souza Leão Filho	Historiador	xx							
José de Almeida Santos	Historiador	x							
Mário Aristides Freire	Historiador	x							
Mário Ferreira França	Historiador	x							
Miguel Benisovich	Historiador da arte	x							
Robert Smith	Historiador da arte	x							xx
Rômulo Barreto de Almeida	Historiador da arte	x							
Serafim Leite	Historiador	xx							
W. P. (José Wanderley Pinho)	Historiador	x							

Legenda: 1. Arte e arquitetura coloniais; 2. Arte e arquitetura do séc. XIX; 3. Cidade colonial; 4. Museus; 5. Teoria da arte; 6. Etnografia; 7. Fotografia; 8. Documentação.

Esse quadro, que relaciona as categorias temáticas ao envolvimento dos autores com o Sphan, colocou em evidência que a definição estratégica da diversidade de assuntos abordados na revista ficava a cargo dos membros do Conselho Consultivo e dos amigos de gabinete, ou seja, aqueles intelectuais que garantiriam não somente a amplitude de abordagens e de perspectivas distintas, mas, principalmente, a legitimação do Sphan e do patrimônio histórico e artístico nacional “possível”.

Os autores incluídos convidados, apesar de também terem percorrido temas variados, concentraram-se, significativamente, na categoria arte e arquitetura colonial, que corresponde a 54% dos artigos de autores desse grupo.

Os funcionários produziram 33 artigos – somando o equivalente a 26% do total de artigos da revista – que tratavam única e exclusivamente de temáticas relativas ao período colonial, sendo que trinta deles tratavam de arte e arquitetura, e três, de cidades coloniais. Os colaboradores privilegiaram o mesmo recorte temático-temporal (catorze dentre vinte artigos), tendo 75% dos seus artigos se concentrado na categoria de arte e arquitetura coloniais. Os 25% restantes ficaram a cargo de Hannah Levy, que escreveu sobre teoria da arte, e do historiador Noronha Santos – que tratou de cidades coloniais –, além da reprodução de um documento do século XVIII, apresentada por Carlos Ott.

Sem dúvida, a concentração espantosa confirmaria a hipótese de que os intelectuais ligados à prática seletiva do patrimônio histórico e artístico nacional – isto é, vinculados à estrutura técnico-administrativa do Sphan – fizeram um enorme investimento para aprofundar o conhecimento sobre esse objeto predefinido. Nesse sentido, foram partícipes no processo de formação do Estado, ao criarem paulatinamente uma nova área de intervenção e uma “codificação – como unificação cognitiva que implica uma centralização e monopolização de saberes” (Mendonça, 1996, p. 99) –, nesse particular âmbito da produção simbólica estatizada. Posteriormente, isso os autorizaria a balizar o debate em torno da temática patrimonial e da preservação cultural, a partir de seus pontos de vista, considerados e reconhecidos como verdade.

Pode-se perceber, a partir desse quadro, que a temática mais recorrente – arte e arquitetura coloniais – poderia, então, ser tratada por autores com práticas profissionais variadas, constituindo-se, gradativamente, numa nova especialidade, em prol da qual um pesado investimento vinha sendo feito pelo Sphan. Por sua

vez, os antropólogos foram considerados especialistas na época, produzindo, com exclusividade, estudos classificados na linha temática etnografia, pois essa área de conhecimento não se confundia com aquela em construção.³⁶

A análise da linha editorial do Sphan, sistematizada no quadro 5.1, leva à conclusão de que a diversidade possível do patrimônio histórico e artístico nacional, apesar de bastante relativa em termos quantitativos, foi demarcada por um rol variado, ainda que finito, de diferentes práticas profissionais. Por outro lado, foi demarcada também pelo distanciamento com relação ao ofício que se constituía a partir da própria agência. Percebeu-se a valorização do passado colonial como o cerne da história a ser contada, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade. Era, portanto, essa a preocupação central naquele momento – construir uma origem ancestral para a nação, que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro. Outras raízes culturais possíveis não se fizeram presentes, e os trabalhos de cunho etnográfico demonstraram isso, ao retratar um patrimônio material localizado em território brasileiro, cujas características deveriam ser preservadas, pela sua irremediável perda ou extinção, no processo de nacionalização que se empreendia, mas não como elementos constituidores do “patrimônio nacional”. Nesse sentido, somente especialistas dessas áreas tratariam desses temas, e não aqueles que se especializavam como estudiosos do patrimônio histórico e artístico nacional, o que pode ser especialmente observado no quadro 5.1, com a distribuição temática por autor. Os intelectuais não somente tornaram esse espaço editorial do Sphan um *locus* de excelência, como, principalmente, legitimaram as práticas de proteção implementadas. Fazendo-se um recorte apenas cronológico do conjunto de artigos, a ênfase no período colonial torna-se contundente: 96 artigos, equivalentes a 79% do total.

O Sphan, no final da década de 1930, inicia um processo de invenção do barroco brasileiro, ainda hoje “perseguido como uma imagem que tantos desejam tornar o espelho da nossa cultura” (Grammont, 1995, p. 93).³⁷ Na verdade, o barroco – categoria criada somente no final do século XIX – passou a ter uma essência metafórica que permitiria seu deslocamento para diferentes tempos e espaços, buscando-se nele formas constantes e imutáveis. As adjetivações de Lucio Costa, ao definir a “boa tradição” e a “boa arquitetura”, são provas incontestes disso, ao buscar valores universais que não se prenderiam a formações historicamente determinadas.

O investimento feito a partir da agência estatizada para identificação entre arquitetura barroca e arquitetura moderna brasileiras, trabalhado anteriormente, esteve no cerne dessa investida também originária de invenção do barroco, na qual se buscou apropriar-se da relação entre o novo e a tradição, questionando-se sobre a dialética de ruptura e continuidade, valorizando-a como atributo de positividade da produção artística, na qual seriam identificados esses dois momentos da história da arte e da arquitetura. Há, na verdade, uma “insistência em tornar o barroco a metáfora de uma identidade colonial híbrida que aparece condenada à fragmentação no momento em que se dá o abandono do conceito” (ibid., p. 93). É, portanto, o barroco que unifica o passado colonial. Sem ele, só haveria fragmento, e a nação não poderia constituir-se em sua origem mítica.

A construção desses vestígios que identificavam a nação em sua origem deu-se, também, por meio da constituição de inúmeras redes em torno da “causa” do patrimônio. Além da rede tecida para a composição das edições do Sphan, outras tramas mediatizadas pela agência estatizada se configuraram, envolvendo uma gama variada de capitais e bens simbólicos no processo de rotinização das práticas de conservação do patrimônio. Esse processo será analisado no capítulo seguinte, retornando ao *locus* de ação configurado pela “área técnico-administrativa” do Sphan. Nesse caso, são os próprios agentes institucionalizados que tecem suas redes, paulatinamente por meio não só de correspondências, mas de uma atuação *in loco* sobre o *patrimônio* protegido, espalhado pelo território.

NOTAS

- 1 Andrade, 1937b, p. 2.
- 2 Depoimento de Lucio Costa, colhido em 4 de julho de 1997 por Márcia Chuva, Lia Motta e Cícero Almeida, na residência do arquiteto, no Rio de Janeiro/RJ.
- 3 O artigo de Mário de Andrade saiu com fotos em preto e branco, sem as quadricromias e com desenhos de Luiz Saia.
- 4 Não foi possível identificar a forma de distribuição das edições do Sphan, apenas que elas eram distribuídas para uma rede de agentes do universo de relações de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e o restante, vendido no próprio Sphan ou em bancas, segundo depoimento de Lucio Costa, colhido em julho de 1997.
- 5 Hannah Levy escreveu cinco artigos na *Revista do Sphan* no período (Índice Cumulativo da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1937-1990, 1991), e Afonso Arinos de Melo Franco escreveu o nº 11/1944 da série Publicações do Sphan.

- 6 A verba relativa a “publicações, serviços de impressão, encadernação, clichês” aparece no orçamento do Sphan para os anos de 1938 a 1941, e 1943. Para os outros anos, não foi encontrada a discriminação das verbas do Sphan, apresentadas apenas em conjunto. (Ver Ministério da Fazenda, 1938, 1939, 1940, 1941 e 1943.)
- 7 Devo ao arquiteto José Simões de Belmont Pessoa a percepção desse fato, quando organizava o número comemorativo dos sessenta anos da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1997.
- 8 Alguns autores dessa série publicaram artigos também na *Revista do Sphan*, podendo ser identificados no anexo 1, em que foi considerada a sua atuação na revista. Quanto à sua trajetória profissional, ver anexo 2.
- 9 Exceção feita especialmente ao escritor Afrânio Peixoto. Seu livro *A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro* (Publicações do Sphan, nº 10, 1943) trata-se de uma apresentação das diferentes versões sobre a história da construção da igreja, e sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro, aproximando-se de um texto literário. Segue-se ao seu texto um relato das obras de restauração da igreja, feitas pelo Sphan, em que são avaliadas as versões de Peixoto e busca-se refazer a história da construção por meio do estilo do arquiteto português responsável.
- 10 Historiador – categoria usual na época – designava aquele que se dedicava a estudos históricos com cunho narrativo e descritivo, especialmente voltado para os aspectos sociais e políticos, e cuja formação profissional poderia ser variada. Ainda que vários historiadores tenham elaborado trabalhos publicados nas edições do Sphan, não se tratava, *stricto sensu*, da categoria que deveria constituir seus quadros especializados.
- 11 Considerando a erudição de Afonso Arinos, é muito provável que tivesse conhecimento da importância da noção de *civilização*, naquele momento, para a *École des Annales*, na França, que revolucionava o campo historiográfico, pretendendo uma abordagem nova e interdisciplinar da história. Para a *École des Annales*, o termo “civilização” aproximava-se do termo “cultura”, no sentido antropológico mais amplo, passando a fazer parte da nova denominação dada à sua revista: de *Annales d'Histoire Économique et Social* (1928) passaria, em 1946, a *Annales d'Histoire Économique, Social et Civilisation*. Vale lembrar, ainda, que Fernand Braudel lecionou na Universidade de São Paulo de 1935 a 1937, período em que já fazia suas pesquisas para elaboração de *O Mediterrâneo e Felipe II*, no qual desenvolve a noção de *civilisation matérielle*, melhor traduzida por “cultura material” (Burke, 1991).
- 12 Trata-se do livro de Rodrigo Bretas, *Passos da Paixão: o Aleijadinho*, escrito em 1858 e editado em 1951, numa “edição crítica” com prefácio de Lucio Costa (Telles, 1979). Em 1984, foi reeditado em edição bilingue e comentada.
- 13 Lélia Coelho Frota (1981) afirma que tal prefácio é de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade.
- 14 Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 3 dez. 1941.

- ¹⁵ Relatório de Mário de Andrade à direção do Sphan, 3 ago. 1941.
- ¹⁶ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 27 fev. 1942.
- ¹⁷ A Igreja de Nossa Senhora da Candelária, em Itu/SP, cuja decoração artística é da autoria do padre Jesuíno, foi tombada, em 1938, e inscrita nos Livros de Tombo Histórico e de Belas-Artes, de acordo, portanto, com os critérios anteriormente analisados. É um exemplar dentre as várias obras do artista inventariadas por Mário de Andrade (1981).
- ¹⁸ Se, por um lado, “cada leitor é confrontado por todo um conjunto de constrangimentos e regras. O autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido. [...] Por outro lado, a leitura é, por definição, rebelde e vadia. Os artifícios de que lançam mão os leitores [...] são infinitos” (Chartier, 1994, p. 7). É nesse sentido que Chartier propõe a noção de *apropriação* tomada emprestada de Michel de Certeau.
- ¹⁹ Arquiteto aposentado do Iphan, desde a década de 1950, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, ocupou cargo de diretor da Diretoria de Tombamento e Conservação do Iphan por longos anos. No final da década de 1980 ocupou, por curto período, o cargo de presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, e de secretário do então Sphan. Foi membro do Conselho Consultivo do Iphan.
- ²⁰ “A arquitetura dos jesuítas no Brasil”, de Lucio Costa; “Um tipo de casa rural do Distrito Federal”, de Joaquim Cardoso; “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”, de Luiz Saia; e “Casas de Câmara e Cadeia”, de Paulo Thedim Barreto.
- ²¹ Seus artigos foram: “Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português” (nº 4, 1940); “O códice de frei Cristóvão de Lisboa” (nº 5, 1941); “Documentos baianos” (nº 9, 1945). Seu último artigo, “Arquitetura civil do período colonial” (nº 17, 1969), teve caráter de síntese, ao contrário dos anteriores, mais monográficos.
- ²² Ver quadro 5.1 e anexo 2.
- ²³ Estas informações foram obtidas a partir do depoimento prestado por Lucio Costa em entrevista, já citada, realizada em 4 de julho de 1997. Não foi possível, até o momento, encontrar documentação administrativa no Arquivo Central do Iphan tratando da produção, edição e distribuição do periódico.
- ²⁴ Os números da revista foram impressos nas seguintes oficinas: nº 1, nas oficinas de I. Amorim & Cia. Ltda. Os números 2, 3 e 7 não trazem informações. Os números 4, 5 e 6, nas Artes Graphics C. Mendes Júnior; os números 8 e 9 foram impressos pela Imprensa Nacional; nº 10, nas Oficinas dos Estabelecimentos Gráficos Iguassú Ltda.; e o nº 11, nas Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. Esses 11 números, embora trazendo na capa os anos sequenciais – do nº 1, de 1937, ao nº 11, de 1947 –, foram lançados sem essa regularidade periódica, conforme foi possível identificar: nº 1, 1938;

nº 6, 1946; nº 8, 1947; nº 9, 1952; nº 10, 1953; nº 11, 1954. Os números de 2 a 5 saíram entre 1939 e 1945; o nº 7, possivelmente em 1946 ou em 1947.

- ²⁵ Ayrton Carvalho escreveu artigo intitulado “Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste” na *Revista do Sphan*, nº 6, 1942.
- ²⁶ Conforme analisado anteriormente, Rubino (1992a; 1992b) desenvolve a ideia de uma complementaridade discursiva entre Costa e Freyre, constituidora do novo campo relativo à preservação cultural que se configurava.
- ²⁷ Há certa desigualdade quanto aos dados conseguidos a respeito dos autores. Estas informações foram recolhidas no prefácio de Lucio Costa ao livro *Rodrigo e seus tempos* (1986), em que ele oferece imensa lista de nomes que passaram pelo Sphan, desde seus primórdios, traçando um breve comentário a respeito de cada um. Informações complementares foram extraídas da série Personalidades, do Arquivo Central do Iphan, e de enciclopédias, como *Delta Larrousse*, e de Leite, 1988. Informações sobre a trajetória socioprofissional, a inserção social e o envolvimento em redes regionalizadas de poder dos autores da revista podem ser encontradas no anexo 2.
- ²⁸ Além do artigo no nº 1 (1937a), Freyre escreveu “Casas de residência no Brasil: introdução” (nº 7, 1943).
- ²⁹ Ferrez escreveu “A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez” (nº 10, 1946). Seu outro artigo na revista data de 1969: “As primeiras telas paisagísticas da cidade” (nº 17, 1969).
- ³⁰ Confira também o quadro 5.1 e os anexos 1 e 2.
- ³¹ Dentre os artigos de Reis destacam-se: “Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia” (nº 5, 1941); “Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar do século XVIII” (nº 7, 1943); “Aspecto da Amazônia na sexta década do século XVIII” (nº 8, 1944).
- ³² A título de exemplo, foi destacado um artigo em cada número, enquadrado na categoria temática arte e arquitetura coloniais: Godofredo Filho, “O Seminário de Belém de Cachoeira” (nº 1, 1937); Lima Júnior, “Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil” (nº 2, 1938); Reis, “O adro do Santuário de Congonhas” (nº 3, 1939); Martins, “Subsídios para a biografia de Antonio Francisco Lisboa” (nº 4, 1940); Orosco, “As avarias nas esculturas do período colonial de Minas Gerais” (nº 5, 1941); Silva-Nigra, “A prataria seiscentista do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro” (nº 6, 1942); Trindade, “A Igreja de São Francisco de Assis de Mariana” (nº 7, 1943); Levy, “Modelos europeus na pintura colonial” (nº 8, 1944); França, “A Fortaleza de Villegagnon” (nº 9, 1945); Reis, “O Palácio Velho de Belém” (nº 10, 1946); Santos, “Vestígios de fortim colonial no Engenho Novo” (nº 11, 1947).
- ³³ Dentre os artigos na categoria cidades coloniais, podem ser destacados, a título de exemplo: Vasconcelos, “Relíquias do passado” (nº 2, 1938); “Os primeiros aforamentos e os primeiros

ranchos em Ouro Preto" (nº 5, 1941) e "Como nasceu Sabará" (nº 9, 1945); Oliveira Neto, "Do Rio de Janeiro a Vila Rica" (nº 3, 1939); Cardoso, "Observações em torno da história da cidade do Recife" (nº 4, 1940).

³⁴ Andrade (1941) e Bandeira (1938) são bons exemplos de reproduções de documentos com apresentação assinada; como ensaio fotográfico sem autoria, destaca-se "Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas em São Pedro d'Aldeia: documentação fotográfica" (nº 4, 1940).

³⁵ Ver, por exemplo, Levy, 1940; 1941.

³⁶ Além dos antropólogos, os artigos do escritor Gastão Cruls (1941; 1942) foram também classificados na categoria temática etnografia.

³⁷ A questão da apropriação anacrônica da noção de barroco hoje, assim como a da definição *a posteriori* de um "fenômeno barroco" – relacionada à crítica iluminista que o associava a uma arte descompromissada das cortes absolutistas – foram extensamente analisadas por João Adolfo Hansen, no âmbito da literatura. Ele lembra que barroco "é uma unidade morfológica produzida no final do século XIX, com a qual hoje, na historiografia e na crítica literárias, são classificados discursos do século XVI. [...] Os discursos seiscentistas não são barrocos ou só o são, obviamente, porque continuam sendo anacronicamente classificados pelo termo" (Hansen, 1994, p. 28).

CAPÍTULO 6

ROTINIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Os "amigos", em geral, são aqueles que defendem a causa do patrimônio, recebendo, algumas vezes, benesses em material e obras de restauro [...].

Rodrigo Melo Franco de Andrade¹

ÀS REDES DE RELAÇÕES: COMPROMISSO, FIDELIDADE E NEGOCIAÇÃO

Ao longo do Estado Novo, foi recorrentemente anunciada a intenção de se promover uma racionalização da administração. No entanto, isso nunca foi plenamente alcançado, posto que as regras impostas pelas relações pessoais sempre influenciaram decisivamente o funcionamento da administração pública federal brasileira, de uma forma geral, e do Sphan, em particular. Considerando a "área técnico-administrativa" como um *locus* privilegiado de ação para análise desse aspecto, pretende-se aqui investigar o processo de rotinização das práticas de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Uma ampla rede de alianças foi tecida, articulando as redes locais em torno da "causa" do patrimônio e da rede nacional do Sphan. As distinções no interior dessas redes definiram, em boa medida, as estratégias de priorização das práticas de conservação.

De 1937 a 1946, o Sphan fez tombamentos em 52 municípios, em 16 estados da federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Nesse mesmo período, em diferentes momentos e lugares, o Sphan realizou, objetivando a conservação² desse patrimônio